

## CPI dos Precatórios define hoje os próximos depoentes

*Reunião interna de trabalho decide também calendário de atividades. Suplicy espera que governadores e ex-prefeitos sejam convidados a explicar emissões*

### Emenda da reeleição será votada pela CCJ

O parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG) à proposta de emenda constitucional que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos, deverá ser votado hoje, em reunião convocada para as 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O parecer foi apresentado na última terça-feira (dia 8), mas um pedido de vista coletivo adiou a votação.

Francelino acatou no parecer o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Conforme a proposta de emenda, o

presidente da República, os governadores e os prefeitos, e quem os houver sucedido, podem concorrer à reeleição para um único período subsequente.

A proposição altera também a data das eleições. O primeiro turno será realizado no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato, e, se houver segundo turno, no último domingo do mesmo mês.

Também hoje, às 17h30, a Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), aprecia diversas matérias, entre elas o projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-



**Francelino Pereira**

SP) que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; o da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; e o de iniciativa do Executivo que trata da proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país.

A CPI dos Precatórios, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), realizará hoje, às 17h, uma reunião interna de trabalho para votar requerimentos de novas convocações de depoentes e definir o calendário das próximas reuniões.

O senador Eduardo Suplicy anunciou que apresenta hoje requerimento para convidar - a fim de que expliquem solicitações e emissões de títulos - os governadores Mário Covas, Divaldo Suruagy, Miguel Arraes e Paulo Afonso Vieira, assim como os ex-prefeitos Paulo Maluf, Edvaldo Orsi, Celso Antonio Giglio, Vicentino Papotto e Darci Accorsi. **(Ver página 3)**

Também hoje, a partir das 10h, serão instaladas sete comissões mistas destinadas a examinar e emitir parecer sobre medidas provisórias. **(Ver página 2)**

### Ministros do TST visitam ACM

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ermes Pedrassani, acompanhado dos ministros Wagner Pimenta e Almir Pazzianotto, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Pedrassani disse que foram sugeridas modificações no processo do trabalho, visando a dar celeridade à Justiça Trabalhista, assim como se debateram as reformas constitucionais.



## Homenagem aos 100 anos da ABL

Os cem anos da Academia Brasileira de Letras serão comemorados pelo Senado Federal hoje, às 11h, em sessão especial presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Os senadores Joel de Hollanda (PFL-PE) e Gilberto Miranda (PFL-AM) serão os oradores.

## Diretora expõe ações do Prodasen

As ações do Prodasen são tema da palestra a ser proferida hoje, às 9h20, pela diretora executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, dentro da programação do Congresso Nacional de Mulheres Eleitoras, que teve início ontem, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

# Senado decide hoje se envia representantes para encontro das Américas

O plenário do Senado decidiu hoje se enviará uma Comissão Temporária Externa composta por três senadores para representar a Casa no III Encontro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas, a serem realizados em Belo Horizonte, de 13 a 17 de maio deste ano. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG).

O plenário aprecia também hoje o projeto de resolução que autoriza o governo brasileiro a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 450 milhões, destinada ao finan-

ciamento da duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis, chamada de "rodovia da morte".

Será votado ainda hoje o requerimento do senador José Serra (PSDB-SP) solicitando o envio à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de lei do senador Lauro Campos (PT-DF) que aumenta o período máximo de percepção do seguro-desemprego.

O plenário aprecia ainda a indicação dos nomes de Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho para comporem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

## Comissão ouve coordenador da defesa da criança

A CPI Mista do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), ouvirá hoje, a partir



Marluce

das 10h, exposição do coordenador da Seção Brasileira da Defesa da Criança Internacional, Benedito Rodrigues dos Santos e, também, do presidente do Sindicato dos Empregados em Hotéis de São Paulo, Francisco Calasans Lacerda.

Santos, que é ainda consultor do Unicef no Brasil para assuntos relacionados à criança, falará sobre os menores de rua, enquanto Lacerda abordará denúncia sobre exploração do trabalho do menor.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

**11h** - Preside sessão especial destinada a homenagear o centenário da Academia Brasileira de Letras

**15h30** - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

**11h - Sessão especial**

**Pauta:** Homenagem ao centenário da Academia Brasileira de Letras.

**14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*Requerimento nº 217/97**, que solicita a designação de uma comissão temporária externa, composta por três senadores, para representar o Senado no III Encontro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas, eventos que serão realizados em Belo Horizonte, de 13 a 17 de maio de 97; **\*Projeto de Resolução nº 39/97**, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 450 milhões, destinada ao financiamento do Projeto de Duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis; e **\*Pareceres nºs 111 e 111-A/97**, sobre a Mensagem nº 58/97, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho para comporem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

### COMISSÕES

**10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

**Pauta:** Discussão e votação da **\*PEC nº 04/97**, que trata da reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

**10h - CPI do Trabalho Infantil**

**Pauta:** Exposição do coordenador da Seção Brasileira da Defesa da Criança Internacional, Benedito Rodrigues dos Santos; e do presidente do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares de São Paulo, Francisco Calasans Lacerda. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

**12h - Comissão Mista de Orçamento**

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente e demais membros da comissão. *Plenário do Senado Federal*

**Instalação de comissões mistas, com eleição de presidentes e vice-presidentes e designação de relatores, para apreciação das seguintes medidas provisórias:**

**10h - MP nº 1507-18/97**, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do

Sistema Financeiro Nacional. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*  
**10h30 - MP nº 1522-6/97**, que altera dispositivos das Leis nºs 8.112/90, 8.460/92 e 2.180/54. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

**11h - MP nº 1511-9/97**, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65, que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

**14h - MP nº 1571/97**, que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao INSS. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

**14h30 - MP nº 1565-3/97**, que altera a legislação que rege o salário-educação. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

**15h - MP nº 1523-6/97**, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213/91. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

**16h - MP nº 1524-6/97**, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

**17h - CPI dos Precatórios**

**Pauta:** Reunião interna de trabalho. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

**17h30 - Comissão de Educação**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PLS nº 94/96 (terminativo)**, que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; **\*PLC nº 14/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; **\*PLC nº 63/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e **\*PLS nº 131/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

### ESPECIAL

**9h - Abertura da exposição "Embrapa - vinte e quatro anos", com a presença do ministro da Agricultura, Arlindo Porto, e do presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal. Espaço Cultural da Câmara dos Deputados**

**9h - Congresso Nacional de Mulheres Eleitoras**

**Pauta:** Realização de diversas palestras, dentre elas "As ações do Prodasen", pela diretora do órgão, Regina Célia Peres Borges. *Espaço Cultural da Câmara dos Deputados*



## CPI DOS PRECATÓRIOS

## Suplicy solicita depoimentos de governadores

*Eles poderão ser convidados a explicar a emissão de títulos em total acima do valor dos precatórios. Senador lembra que CPI já comprovou utilização de recursos com outras finalidades*

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que apresenta hoje, à CPI dos Precatórios, requerimento para convidar os governadores Mário Covas (SP), Divaldo Suruagy (AL), Miguel Arraes (PE) e Paulo Afonso Vieira (SC) a explicarem por que emitiram títulos em valores superiores ao necessário para o pagamento de precatórios.

No requerimento, o senador incluiu os ex-prefeitos Paulo Maluf (São Paulo), Edvaldo Orsi (Campinas), Celso Antonio Giglio (Osasco), Vicentino Papotto (Guarulhos) e Darci Accorsi (Goiânia). A prefeitura de Goiânia não che-

gou a emitir títulos, mas Suplicy decidiu incluí-la na lista porque ela solicitou autorização para emitir papéis superiores às suas dívidas.

Em sua justificativa, o senador afirma que a CPI já reuniu elementos suficientes que comprovam a utilização de recursos obtidos com a emissão de títulos para outras finalidades. Como exemplo, ele mencionou informações, remetidas pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que comprovam gastos com liquidação de precatórios em níveis bem inferiores aos arrecadados com a

colocação dos títulos no mercado.

— Sendo assim, acreditamos que o comparecimento dos governadores e ex-prefeitos convidados muito contribuirá para o esclarecimento das solicitações e emissões de títulos — disse o senador.

Suplicy ressaltou que o governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto, não consta do seu requerimento porque os dados referentes àquela unidade da Federação demonstram que “a solicitação do governo correspondeu às necessidades do estado com o pagamento de precatórios judiciais”.



Roberto Requião

## Requião esclarece que Justiça quebrou sigilo de Pedro Neiva

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), disse ontem que o sigilo telefônico de Pedro Neiva, ex-funcionário da prefeitura de São Paulo e suspeito de compor a cadeia que ganhava dinheiro na emissão de títulos públicos, foi quebrado por ordem judicial. O senador frisou que, quando Romeu Tuma (PFL-SP) fez diligência no condomínio onde morava Neiva, encontrou contas telefônicas, e o delegado que o acompanhava requereu mandado judicial para examinar essas contas.

Por isso, Requião acha que o advogado impetrante do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, que conseguiu liminar para proteger o sigilo telefônico de Neiva, informou mal seu pedido. “Seguramente, o pedido do advogado não continha todas as informações necessárias à decisão do ministro”, observou.

Porém, o senador considera que a CPI tem poder de quebra de sigilos bancário e telefônico: “Se um juiz pode determinar escuta telefônica, como que uma CPI, com todos os poderes de investigação, não pode?”, questiona o relator. Ele entende que, se não for assim, caberá ao Legislativo tornar isso claro na Constituição.



Os senadores José Bianco, Emília Fernandes e Ernandes Amorim com deputados de Rondônia

## Membros da CPI do Beron visitam Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) recebeu, em seu gabinete, integrantes da CPI da Assembléia de Rondônia que apura ocorrência de irregularidades no Beron, o banco do estado.

O deputado Daniel Pereira, presidente da comissão, e a deputada Mileni Mota, relatora, acompanhados dos demais integrantes da CPI estadual e de Ernandes Amorim, le-

varam aos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CPI dos Precatórios; Roberto Requião (PMDB-PR), relator; Esperidião Amin (PPB-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Emília Fernandes (PTB-RS), também membros da comissão parlamentar de inquérito, documentos relacionados à apuração já realizada pela CPI da Assembléia de Rondônia.



Artur da Távola

## Artur da Távola lembra os cem anos da morte de Brahms

Os cem anos da morte do compositor alemão Johannes Brahms, comemorados no último dia 3 de abril, foram registrados pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Ele destacou que a dignidade estética e pessoal e a qualidade musical de Brahms o tornaram um dos maiores gênios de todos os tempos.

Lembrando a infância do compositor, destacou o senador que Brahms, filho de um músico inexpressivo, foi uma criança precoce do ponto de vista musical e muitas vezes acompanhou o pai em muitas veladas noturnas, onde tocava profissionalmente para ajudar em casa. Ele tocava em estalagens e bares de marinheiros e de prostitutas no Porto de Hamburgo.

Disse Artur da Távola que, aos vinte anos, munido de uma carta de apresentação, o jovem compositor conheceu Robert Schumann, que já se destacava na Alemanha, o que muito influenciou Brahms, principalmente o convívio com Clara Schumann, que para muitos teria sido sua única paixão.

# Congresso instala hoje a Comissão de Orçamento

*Serão eleitos o presidente e dois vice-presidentes do órgão formado por 84 titulares, sendo 21 senadores e 63 deputados federais*

A Comissão Mista de Orçamento instala-se hoje ao meio dia, em reunião no plenário do Senado, na qual serão eleitos o presidente e dois vice-presidentes. A comissão é responsável pelo exame do projeto de Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO), do projeto de lei de Orçamento e de créditos suplementares.

A esse órgão cabe também o exame de planos e programas nacionais, regionais e setoriais e a

fiscalização de sua execução orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Legislativo. A Comissão Mista de Orçamento compõe-se de 84 membros titulares, sendo 63 deputados e 21 senadores.



## ACM RECEBE PRESIDENTE DA BOVESPA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita do presidente da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo (foto) Alfredo Rizkallah. Segundo o visitante, foram abordados durante o encontro assuntos relacio-

nados às reformas constitucionais, mercado financeiro, títulos públicos nas bolsas de valores e privatização da Vale do Rio Doce. Rizkallah considerou da "maior importância" a CPI dos Precatórios.

## Parga comemora implantação de usina siderúrgica no Maranhão

O senador Bello Parga (PFL-MA) informou ontem ao plenário que a implantação de uma usina siderúrgica no Maranhão "já é um fato irreversível" e o grupo Duferco Bolmat, que atua em 36 países, deverá bancar 80% do investimento. Segundo o senador, a Cia. Vale do Rio Doce se respon-



Bello Parga

sabilizará pelos outros 20%, entrando inclusive com todo o minério de ferro, retirado das jazidas de Carajás, no Pará.

Depois de afirmar que a implantação de uma siderúrgica é um antigo projeto dos maranhenses, Bello Parga disse que a governadora Roseana Sarney já garantiu obras de infra-es-

trutura para a usina, a ser erguida no Distrito Industrial de São Luís, a apenas seis quilômetros do terminal portuário da Ponta da Madeira.

O projeto prevê uma usina destinada a produzir 1 milhão de toneladas anuais de placas de aço, dirigidas basicamente ao mercado externo. O investimento deverá chegar a US\$ 250 milhões - detalhou Bello Parga.



## MARCHA DOS SEM-TERRA

# Arruda reconhece legitimidade do MST

*Líder do governo no Congresso faz apelo para que a presença dos trabalhadores rurais signifique uma oportunidade de se tratar a questão da reforma agrária com o diálogo e o entendimento*

José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não confirmou a audiência com os líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), mas destacou como ponto de partida o reconhecimento, por parte do governo, de que "justiça social não existe sem reforma agrária".

Na opinião do líder do governo no Congresso, a presença dos sem-terra em Brasília não significa apenas uma grande oportunidade para se tratar da questão por meio do diálogo e do entendimento. "É também a prova da urgência com que o assunto deve ser tratado", afirmou. Arruda acrescentou que o MST "tem legitimidade para representar a luta pela reforma agrária".



**José Roberto Arruda**

- A concentração dos sem-terra em Brasília, nesta semana, simboliza este momento. Não podemos perder essa oportunidade, seja por omissão, seja pela contaminação do movimento por interesses políticos - acrescentou.

Conforme Arruda, assim como o MST é um movimento com profundas raízes na realidade social e tem legitimidade para representar a luta pela reforma agrária, o governo Fernando

Henrique Cardoso também tem a legitimidade que lhe foi conferida pelo voto nas urnas.

O senador ressaltou que a injusta estrutura fundiária brasileira é um problema secular que não pode ser resolvido de uma hora para outra. Segundo ele, os primeiros passos estão sendo dados. "Não há, portanto, razão para radicalizações ou rompimento do diálogo. Ao contrário, o momento é de desarmamento dos espíritos e de entendimento", ponderou.

Em aparte, Humberto Lucena (PMDB-PB) considerou "tímida" a posição do governo. Lucena disse que, ao invés de recorrer ao Tesouro Nacional, o governo poderia emitir Títulos da Dívida Agrária (TDAs) a fim de obter os recursos necessários para pagar desapropriação de terras.



**Jonas Pinheiro**

## PÓLO AGRÍCOLA

### Jonas elogia reportagem sobre chapada

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) congratulou o jornal *Folha de São Paulo* pela publicação de reportagem especial sobre as potencialidades do município de Sapezal (MT), na Chapada dos Parecís, como nova fronteira agrícola do país.

- A reportagem mostra o quadro de um novo Brasil, um Brasil dinâmico que vem sendo construído pela iniciativa do setor privado, em parceria com o setor público, num processo que foge ao modelo convencional de elevada dependência de recursos governamentais - destacou.

Jonas Pinheiro acrescentou que a experiência retratada na reportagem servirá como modelo para ampliar as possibilidades de exploração em uma das regiões "de maior potencialidade agrícola existente no planeta, da ordem de 20 milhões de hectares agricultáveis".

## Suplicy destaca apoio da população ao Movimento e nova atitude do governo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que esteve ontem de manhã com os trabalhadores sem-terra em Valparaíso, nas cercanias de Brasília, registrou que a marcha organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) está sendo recebida com aplausos e boas-vindas pela população.

"Não é à toa", disse, "que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Raul Jungmann mudaram de atitude e dão sinais de que consideram o MST como interlocutor para a reforma agrária".

Suplicy informou que, conforme consulta feita junto ao Palácio do Planalto, o presidente da República terá audiência com a coordenação do MST na sexta-feira, dia 17, no final da tarde, e que o tema do encontro não será "o ministro da



**Eduardo Suplicy**

Reforma Agrária ou qualquer outra pessoa, mas a reforma agrária".

O senador registrou também que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, receberá os líderes da marcha no Salão Negro do Congresso Nacional no dia 17, às 9h30, e que 40 artistas ofereceram-se para animar os trabalhadores rurais na Esplanada

dos Ministérios.

ACM frisou que o combinado com o MST é que não haverá outro equipamento de som além do disponível no parlatório, em frente ao Congresso, e que "esta decisão deverá prevalecer".

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que, na sociedade, há uma unanimidade em relação à reforma agrária. A título de sugestão, Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que a instituição do imposto sobre as grandes fortunas, previsto em projeto do então senador Fernando Henrique Cardoso, poderia garantir os recursos necessários à reforma agrária. Humberto Lucena (PMDB-PB), por sua vez, considerou que o problema depende exclusivamente da vontade política do presidente da República.



# Valmir quer fortalecer economias regionais para criar empregos

*Risco de rompimento do delicado e precário equilíbrio social, "que se encontra sob intensa pressão", é apontado pelo senador*

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse ontem que o incremento das economias regionais é a única forma de reverter a atual crise de emprego e melhorar a distribuição de renda no Brasil, "pressupostos indispensáveis para integrarmos o mundo globalizado".

Para ele, estados e municípios devem ser fortalecidos por uma ampla reforma fiscal e tributária, além da implantação de políticas regionais de desenvolvimento.

Valmir acentuou que algumas medidas no sentido de inserir o Brasil na economia globalizada, como a lei complementar que desonera a cobrança do ICMS dos produtos para exportação, estão



Valmir Campelo

deixando os governos estaduais em "polvorosa".

- Com estados e municípios falidos, não conseguiremos pegar o bonde da globalização e ainda correremos o risco de ver rompido o delicado e precário equilíbrio social brasileiro, que se encontra sob a intensa pressão do maior índice de desem-

prego da nossa história - afirmou.

Segundo Valmir Campelo, é necessário melhorar o sistema de ensino brasileiro, adequando-o à nova realidade da globalização, pagando dignamente os professores e criando condições para que os trabalhadores mandem seus filhos à escola.

Caso contrário, acrescentou, crescerá no país o número de "inempregáveis" - pessoas com baixíssimo nível de escolaridade e sem qualificação profissional - nas periferias das grandes metrópoles. Na opinião de Valmir Campelo, a melhor forma de enfrentar o problema desses "inempregáveis" é através da educação.



José Bianco

## Projeto de Bianco facilita aposentadoria

Projeto que facilita a comprovação de tempo de serviço pelo trabalhador rural para fins de aposentadoria foi apresentado pelo senador José Bianco (PFL-RO), por considerar que as atuais exigências "têm levado o sistema previdenciário brasileiro a tratar de forma cruel e injusta o homem simples do campo".

De acordo com a proposição, o exercício de atividade rural será comprovado mediante uma dessas três formas: apresentação de documento legal; declaração de sindicato, associação ou cooperativa agrícola, pecuária, agropecuária ou pesqueira; ou simples declaração de duas pessoas residentes no local de trabalho referido.

- Se no caso do proprietário rural, especialmente o pequeno, são espinhosos os caminhos que o separam da aposentadoria, com relação ao emprego esse tem ainda mais dificuldades para comprovar que prestou serviços - argumenta o senador, explicando que pequenos empregadores rurais raramente exigem registro profissional ou fazem livros contábeis, como os grandes empregadores.

José Bianco lembra, na justificativa do projeto, que dispositivos jurídicos já existentes cobrem declarações mentirosas feitas "por suborno ou amizade". Por outro lado, a seu ver, dificultar o acesso do pequeno produtor rural ou de seus humildes empregados aos benefícios da Seguridade Social é "flagrante mecanismo de perpetuação das desigualdades sociais".

## Freire defende desmilitarização da polícia e respeito aos direitos humanos

O senador Roberto Freire (PPS-PE) voltou a defender a necessidade de se ajustarem as forças de segurança - militar e civil - às condutas que preservem os direitos humanos. Ele disse que a Justiça Militar, tal como foi concebida pelo governo do presidente Ernesto Geisel, guarda entre os seus fins a repressão política, enquanto a Polícia Militar, que deveria garantir a cidadania de todos, amedronta a população.

Por essa razão o senador quer a desmilitarização da polícia e a exclusão da Justiça Militar no julgamento de todo e qualquer ilícito praticado por quem atue na área de segurança pública. Além disso, res-

saltou a importância de se unificar as polícias civil e militar, como, a seu ver, é regra nos países mais civilizados e democráticos do mundo.

Na opinião de Roberto Freire, o Executivo, ao criar a Secretaria dos Direitos Humanos, deu "importante passo na direção de acabar com a impunidade e a violência policial". Conforme afirmou, o Congresso deve dar a sua contribuição promovendo o debate dessas questões e encaminhando soluções legais que corrijam o atual estado de coisas.

- As cenas chocantes da favela Naval, em São Pau-



Roberto Freire

lo, repetidas no Rio de Janeiro, e as notícias acerca do massacre ocorrido contra uma família no interior de Tocantins, que demonstram não ser aquele um fato isolado, mas uma infeliz e

permanente realidade, trazem novamente a questão Justiça Militar à baila. E, não tenham dúvida, se esta Casa, se o Congresso Nacional não encarar com responsabilidade a correção dessas distorções, outros massacres e episódios de desrespeito a seres humanos continuarão a ocorrer - disse ele.





Iris Rezende

## Iris propõe mais segurança para botijões de gás

Os recipientes de combustíveis líquidos e gasosos deverão ser fabricados com material capaz de evitar explosão decorrente de fonte externa de calor, se aprovado projeto apresentado por Iris Rezende (PMDB-GO).

Para o senador, esses depósitos de combustíveis constituem, hoje, uma ameaça à segurança dos habitantes dos centros urbanos, sendo "um inimigo presente em esgotos, dutos subterrâneos de energia elétrica e de telefone, sob avenidas, ruas, casas, edifícios e centros comerciais".

De acordo com a proposição, os recipientes de gás de cozinha com capacidade de armazenamento superior a cinco metros cúbicos deverão ser fixados no subsolo. Todos eles, entretanto, deverão ser submetidos a testes científicos em laboratórios brasileiros ou estrangeiros, reconhecidos internacionalmente. Também deverão dispensar manutenção.

- Têm sido freqüentes os acidentes. Eles nem sempre se limitam a danos materiais. A irresponsabilidade na manuseio, armazenagem e transporte de combustível inflamável está matando nossos irmãos - afirmou Iris Rezende. Conforme garantiu, as explosões provocadas por gás são as mais comuns, sendo que existem no país 77 milhões de botijões, dos quais 43% têm mais de 15 anos de uso.

Iris Rezende relacionou uma série de grandes acidentes, ocorridos nesta década no Brasil, provocados por explosão de gás de cozinha, com prejuízos materiais e humanos.

# Hollanda sugere rejeição de veto a lei sobre engenharia genética

*Projeto de Marco Maciel, aprovado em 1994 e que senador quer resgatar, institui proibições quanto às práticas desse ramo de ciência*

Joel de Hollanda (PFL-PE) pediu ontem urgência para a votação, pelo Congresso, do veto parcial do presidente da República a projeto de lei de autoria do então senador e atual vice-presidente da República, Marco Maciel, sobre o uso das técnicas de engenharia genética.

De acordo com o senador, o projeto de Maciel, aprovado em 1994, institui proibições quanto às práticas de manipulação de material genético e determina a criação de uma Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

O senador destacou a proibição da intervenção no material genético humano *in vitro*, exceto quando destinada ao tratamento de defeitos; a manipulação e o congelamento *in*



Joel de Hollanda

*vitro* de embriões humanos, somente quando inexistir expressão manifestação de vontade dos doadores; e a intervenção em material genético de animais ou plantas, quando determinar sofrimento e defeito orgânico às proles.

A proposição proíbe, ainda, a produção de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível e a intervenção no material genético de microorganismos, salvo quando tiver, por destinação, novas fon-

tes de energia menos nocivas, a melhoria na qualidade e na produção de imunobiológicos, medicamentos e produtos biológicos e a eliminação de agentes poluentes.

Para o senador, os desdobramentos da ciência preocupam os cientistas, "que não têm a base jurídica e ética" para lidar com eles. E o projeto de Marco Maciel, no seu entender, atenderia à recomendação do papa João Paulo II, segundo a qual cumpre aos homens da ciência "a responsabilidade de estimular a reflexão sobre o aspecto ético das investigações científicas, advertindo para os possíveis riscos morais que cada nova tecnologia pode criar". Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o pronunciamento e disse que o assunto é tão moral quanto desgastante.

## Coutinho garante que gás natural é solução definitiva para Amazônia

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem que a decisão do governo federal de explorar o gás natural de Urucum e Juruá será uma solução definitiva para a região amazônica, além de provocar impacto positivo sobre a matriz energética nacional.

Com uma reserva de 90 bilhões de metros cúbicos de gás natural, a Amazônia tem a segunda maior reserva do país, superada apenas pela de Macaé, no Rio de Janeiro, destacou.

Conforme o senador, o Brasil tem 96% de sua energia gerada através de hidrelétricas, com apenas 2% originada do gás natural, percentual muito inferior aos 27% registrados, em média, em nível mundial.

Coutinho Jorge salientou

que o projeto do governo federal é de oferecer 3 milhões de metros cúbicos de gás natural a partir de 1999, elevando a oferta para 11 milhões em 2004. O objetivo, afirmou, é garantir energia elétrica permanente para a margem esquerda do Amazonas, principalmente para Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Macapá. O projeto está incluído nas obras prioritárias do programa Brasil em Ação, acrescentou.

Ainda segundo Coutinho Jorge, o projeto de geração de energia elétrica a partir do gás natural terá impacto na sua exploração, liquefação e distribuição, incentivando positivamente a indústria de frio e a navegação regional.

Outras alternativas também estão sendo viabilizadas pelo governo, frisou. Uma delas é a compra de energia da Venezue-



Coutinho Jorge

la, concretizada na visita que o presidente da República fez à região no último fim de semana, com a assinatura de contrato com o governo daquele país. A interligação da usina hidrelétrica de Tucuruí com a região do Baixo Tocantins, importando investimentos da ordem de R\$ 240 milhões e prazo final previsto para 1998, é outra decisão do governo federal que "revolucionará aquela área", conforme Coutinho Jorge.



# Maldaner: Congresso foi ludibriado com CPMF

Senador lamenta que parte do dinheiro arrecadado não será gasto com a Saúde e diz que o povo "clama por uma decisão firme do governo" para reverter o quadro atual de carências



João Rocha

## João Rocha pede apoio a vítimas de enchentes

João Rocha (PFL-TO) pediu ao governo federal a adoção de medidas em socorro das populações atingidas pelas cheias no Tocantins. O senador afirmou que 16 municípios foram seriamente prejudicados, alguns deles se encontram em situação de emergência, e que o estado não tem condições de prestar auxílio a todas essas localidades.

Segundo João Rocha, além de deixar cerca de 1.400 famílias desabrigadas e várias estradas danificadas, as cheias comprometeram a produção agrícola do estado. Entre as medidas de apoio que podem ser adotadas pelo governo, o senador sugeriu que bancos oficiais forneçam subsídios para custeio das atividades econômicas de produtores que comprovarem prejuízo na sua produção.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que o Congresso foi ludibriado, "pois o dinheiro da CPMF não será aplicado integralmente na recuperação da área da saúde, como se previa, mas será usado para saldar dívidas do sistema com o Fundo de Assistência ao Trabalhador".

Segundo Maldaner, "a criação de um ano dedicado à saúde não pode ser mera figura de retórica ou apenas um item da propaganda oficial. Como colocar a saúde em primeiro lugar se a determinação do governo de alocar recursos ao setor é teórica?" - indagou.

Enquanto isso, de acordo



Casildo Maldaner

com o senador, os brasileiros continuarão a morrer nas filas dos hospitais. O povo, acrescentou Maldaner, "clama por uma decisão firme do governo no plano da saúde, por ações que minorem seu sofrimento".

Na sua opinião, a situação da saúde no Brasil "é gritante: enquanto alguns têm acesso fácil aos melhores tratamentos, uma

leva enorme de brasileiros morrem de diarreia, de dengue, de malária, de febre amarela, de hepatite, de cólera, de tuberculose, ou é segregada pela lepra".

- Quanto aos gastos com saúde, o índice brasileiro é um dos mais baixos da América Latina. No Brasil, o governo aplica o correspondente a R\$ 118,90 por habitante, enquanto na Argentina esses valores são cinco vezes maiores - esclareceu Maldaner.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que em Mato Grosso do Sul muitos prefeitos oferecem de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil de salário e, mesmo assim, não conseguem contratar médicos.

## Campos requer explicações sobre verba de saúde

Júlio Campos (PFL-MT) encaminhou à Mesa requerimento de informação a ser encaminhado ao Ministério da Saúde, onde cobra a veracidade da informação divulgada pela Secretaria de Saúde de seu estado, segundo a qual haverá cortes no repasse de recursos ao município de Jaciara.

Indaga ainda Júlio Campos qual o volume total de recursos que o ministério repassou para Mato Grosso, nos últimos cinco anos, e quais os critérios para a distribuição desses recursos aos municípios



Júlio Campos

daquele estado.

Em sua justificativa, disse o senador que, diante da escassez generalizada de recursos, é necessário um esforço capaz de transformar sua alocação na mais racional e eficiente possível.

Segundo ele, os municípios

nem sempre são aquinhoados com o volume de recursos adequados ao atendimento das necessidades básicas de sua comunidade. Além disso, acrescentou, eles desconhecem o orçamento estadual para a área e os critérios utilizados pelo órgão gestor estadual para a sua distribuição.

O senador espera que os esclarecimentos a serem prestados pelo Ministério da Saúde possam ajudar nas soluções dos graves problemas que hoje atingem a população brasileira.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOEL DE HOLLANDA, GERALDO MELO, RONALDO CUNHA LIMA E RAMEZ TEBET

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.